
O DILEMA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA: A construção de um sistema de Qualificação Profissional Básica objetivando a formação do trabalhador-cidadão ou o treinamento rápido para reinserção no mercado de trabalho?

Prof. MSc. Edson d'Ávila
Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo

Prof. Dr. Ricardo Roberto Plaza Teixeira
Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo

Neste trabalho, são levantadas algumas questões sobre a Formação Profissional Básica, visando estabelecer uma discussão sobre o dilema que se apresenta: de um lado, projetos que focam em pressupostos pedagógicos de um sistema de qualificação profissional que se preocupe simultaneamente com a formação técnica, com a escolarização e com a construção da cidadania, tendo em vista o processo de reestruturação produtiva, a baixa taxa de escolarização média dos trabalhadores e o aumento das taxas de desemprego no país; de outro lado, projetos que estão focados na quantidade de trabalhadores treinados em cursos de curta duração, visando a rápida reinserção no mercado de trabalho com o objetivo de tentar reduzir os índices do desemprego.

INTRODUÇÃO

Nos anos 90, a partir das transformações desencadeadas pelo desenvolvimento tecnológico, o processo de reestruturação produtiva intensificou-se no mundo em geral e no Brasil em particular, trazendo conseqüências econômicas, sociais e culturais profundas para a sociedade brasileira. Destas, talvez a mais significativa é o aumento da taxa de desemprego. O cenário deste processo envolve a competição internacional severa, acoplada à abertura acelerada de fronteiras econômicas determinada pelos últimos governos federais, e também envolve o sistema educacional brasileiro e suas carências profundas.

As taxas de desemprego são números que, com assepsia, resumem e escondem uma realidade social de precarização das condições de trabalho e de rápida destruição de muitos postos de trabalho na realidade criada pela globalização excludente. Amplia-se a desigualdade entre os mais pobres

e os mais ricos e observa-se uma concentração de renda das mais vis de todos os tempos, com a superexploração da força de trabalho.

O quadro descrito gera desesperança, humilhação, sofrimento, violência e desestruturação do tecido social. As classes trabalhadoras mais modestas são sobretudo afetadas. Quanto a essa condição, parece pertinente a reflexão de John Kenneth Galbraith (1998, p.5): "Nada estabelece limites tão rígidos à liberdade de um cidadão quanto a absoluta falta de dinheiro".

Na verdade, a realidade de mudança tecnológica cotidiana, rápida e em espiral deste final de milênio muito se assemelha à realidade descrita pelas palavras de Marx e Engels (*apud* Frigotto, 1998, p.13) no século XIX: "Tudo o que é sólido se evapora no ar, tudo o que era sagrado é profano, e por fim o homem é obrigado a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações como espécie".

ESCOLARIZAÇÃO

X

DESEMPREGO

O senso comum costuma produzir proposições dadas como verdadeiras *a priori* mas que necessitam de uma análise crítica mais cuidadosa, como, por exemplo, a idéia de que um maior nível educacional no país provocaria necessariamente a diminuição da taxa de desemprego. Traçar relações simplistas de causa e efeito, como esta, contribui mais para mistificar do que para compreender o papel da educação no nosso país.

O contra-exemplo da nossa vizinha Argentina, com taxa de escolarização média da população bem maior que a brasileira e com índice de desempregados ainda maior que o nosso, permite questionar a validade desta conjectura que correlaciona escolarização e desemprego no país como um todo — evidentemente não se está discutindo aqui a dependência entre a escolarização de cada um e a sua respectiva probabilidade de estar ou não desempregado. Essencialmente, o desemprego está relacionado ao modelo econômico adotado e às forças do mercado mundial. Embora esses fatores sejam importantes e devam ser realçados, não serão abordados neste trabalho.

Entretanto, do ponto de vista de cada trabalhador, a qualificação profissional torna-se questão de sobrevivência, tendo em vista que a realidade atual é a de que a demissão, majoritariamente, não é provocada pela rotatividade da mão-de-obra visando a um rebaixamento salarial, mas está relacionada à supressão pura e simples daquele posto de trabalho e, no país como um todo, ao desaparecimento daquele ofício, daquele saber-fazer: são levadas de descartadas, de pessoas que a vida toda trabalharam naquilo que hoje não é necessário ao sistema produtivo. É um desemprego desta forma mais estrutural do que conjuntural.

PEA BRASILEIRA

Para se compreender melhor o desafio posto, é necessário lembrar que a População Economicamente Ativa (PEA) brasileira, constituída de cerca de 71 milhões de trabalhadores maiores de 14 anos, ocupados ou desocupados, no mercado formal e no informal, tem em média menos de quatro anos de estudo e tem cerca de 20% de analfabetos declarados ou funcionais. Cerca de 58% da PEA encontra-se na faixa etária entre 22 e 49 anos. Os jovens e adultos compõem o grupo que possui o maior potencial de inserção no mercado de trabalho. O perfil de escolaridade da PEA brasileira é vexatório, é uma das mais baixas taxas de escolaridade do mundo industrializado. A SEFOR — Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego afirma que: "Vexame que se torna calamitoso à medida que o Brasil se destaca como uma das 10 maiores potências econômicas mundiais" (SEFOR, 1997, p. 28).

A DÍVIDA SOCIAL NO BRASIL

As duas tarefas necessárias para enfrentar os desafios são igualmente importantes: cuidar, com qualidade, da formação educacional básica de todas as crianças e adolescentes que no futuro pertencerão à PEA e requalificar os trabalhadores que neste contexto têm habilidades consideradas obsoletas pelo mercado. É hora do país redimir a dívida social, oferecendo educação gratuita e de qualidade: este é o dever do Estado.

O momento oportuno para oferecer o ensino fundamental ao trabalhador é exatamente quando esse se encontra desempregado e pode dedicar um tempo para a sua requalificação. Sempre é necessário ressaltar que o ensino fundamental e a qualificação profissional para adultos têm que, obrigatoriamente, estar

acompanhados de políticas de amparo ao trabalhador, como por exemplo o salário-desemprego, o vale-transporte e a alimentação. Sem uma garantia mínima de sustento, é difícil para um desempregado enfrentar positivamente um curso de requalificação.

ÍNDICE DE DESEMPREGO EM FUNÇÃO DA ESCOLARIDADE

O gráfico da figura 1.1, elaborado a partir de uma pesquisa de 1998 do Ipea — Instituto de Pesquisa Econômica —, mostra que quanto maior a escolaridade, menor é o índice de desemprego, a partir de nove anos de escolarização média. Assim, é fundamental para a sobrevivência do trabalhador desempregado, ou em vias de desempregar-se, superar o desafio de concluir a sua escolarização referente ao ensino fundamental (até a oitava série do antigo primeiro grau).

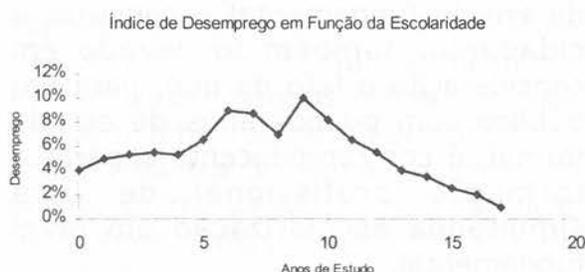


Gráfico 1: Índice de Desemprego em Função do Grau de Escolaridade.
Fonte: Ipea (1998) — Instituto de Pesquisa Econômica.

Os países que possuem um desenvolvimento econômico e social melhor que o Brasil, partiram de uma base educacional de qualidade para todos os seus cidadãos. Experiências como a relatada a seguir apresentam um pouco da problemática dramática para um país que almeja um crescimento auto-sustentado a longo prazo.

O CASO WAPSA

A Wapsa há cinco anos decidiu implantar um método de controle estatístico de processo na produção dos componentes que fornece para a indústria de automóveis. A decisão, entretanto, emperrou.

“Imaginamos o telhado da casa esquecendo que ela precisa de paredes”, diz o alemão Thomas Frank Tichauer, diretor-geral da subsidiária brasileira. Emperrou, inicialmente, porque os operários nunca tinham ouvido falar de estatística. Até aí, tudo bem, pensou Tichauer. Ensina-se estatística. Outro engano. Eles também não tinham noção de matemática. Vamos, então, começar pela matemática, sugeriu alguém. Mais um fiasco. Conclusão: além do treinamento específico, a Wapsa passou a alfabetizar seus funcionários, ao mesmo tempo que adotou como limite mínimo de escolaridade para a admissão a oitava série”. (Revista *Exame*, 1994).

A Wapsa chegou à conclusão de que para que o treinamento fosse eficaz seria necessário o ensino fundamental. O próprio nome enfatiza a natureza do ensino: é fundamental, essencial, necessário. Será que a conclusão a que chegou a Wapsa é particular? Ou será que a cada dia se torna uma realidade que existe efetivamente para quem procura emprego?

É importante questionar os agentes envolvidos nos processos de qualificação profissional existentes no país: para que direção se deseja caminhar? Tanto na indústria, como no setor terciário, cada vez mais é necessário, para a sobrevivência no mercado de trabalho, o desenvolvimento de capacidades múltiplas que ultrapassam em muito uma visão simplista de mero treinamento para a realização de certas tarefas ou funções: como a mudança é a tônica ditada pela automação e pela informatização dos processos, o que é necessário saber fazer hoje poderá não o ser tanto em pouco tempo.

Fundamental torna-se então o saber-aprender que pressupõe necessariamente o "trânsito" pelas disciplinas-alicerces dos campos de conhecimento básico: a língua portuguesa, a matemática, as ciências naturais, as humanidades, o inglês. São também elas que permitem na escola e posteriormente à vida escolar o desenvolvimento das habilidades profissionais e de gestão necessárias para se manter ou conquistar um trabalho com dignidade. Um exemplo implementado dessa visão integradora de qualificação e educação fundamental é o Programa Integrar.

PROJETO INTEGRAR

O projeto Integrar foi idealizado a partir de uma política que visa potencializar o investimento feito no trabalhador. Treinar e retreinar trabalhadores com baixas taxas de escolarização seria um desperdício de recursos e de tempo para o aluno-trabalhador, já que a sua "empregabilidade" (ou "não-empregabilidade") seria muito pouco afetada por programas de treinamento de curta duração e pequenas perspectivas educacionais.

A Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT) procurou então algumas instituições de ensino e pesquisa (PUC-SP, UFRJ, UNICAMP, CEFET-SP) para estabelecer uma parceria objetivando estruturar um projeto inicialmente estadual e posteriormente nacional, visando à construção de um projeto de qualificação profissional amplo para metalúrgicos e ex-metalúrgicos. A principal idealizadora deste programa foi a professora Maria Nilde Mascellani (PUC-SP), que faleceu em dezembro de 1999; ela conseguiu reunir sindicalistas, intelectuais, professores e trabalhadores que estruturaram um currículo formado por disciplinas básicas e técnicas que estavam relacionadas à experiência dos alunos

(o saber acumulado) e à comunidade da qual faziam parte.

O CEFET-SP se juntou à iniciativa com a tarefa de realizar o acompanhamento destes cursos, bem como a certificação de ensino fundamental, uma das maiores reivindicações dos desempregados que constituíam o público-alvo do curso. Assim, um grupo de professores do CEFET-SP passou a visitar os vários núcleos do Programa Integrar espalhados pelo estado de São Paulo e a participar das várias atividades de capacitação dos educadores e profissionais responsáveis pelo encaminhamento prático do programa.

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA NO CEFET-SP

Com o avanço da parceria CNM/CEFET-SP, surgiu a idéia de desenvolver um projeto no CEFET-SP com os mesmos pressupostos pedagógicos, o mesmo público-alvo e os mesmos objetivos — o tripé: capacitar tecnicamente, recuperar a escolaridade de ensino fundamental e construir a cidadania. Também foi levado em consideração o fato de que, para um público com poucos anos de estudo formal, é contraproducente separar a formação profissional de uma simultânea escolarização em nível fundamental.

As atividades de montagem, configuração e manutenção de microcomputadores se mostraram viáveis para constituir-se no núcleo de conhecimento técnico, porque o mercado tem demanda por este tipo de profissional e porque no CEFET-SP existem educadores trabalhando essas capacidades. Estabeleceram-se, assim, a partir do início de 1998, as primeiras turmas do Curso de Qualificação Profissional Básica em Microinformática (QPBM) do CEFET-SP.

A primeira turma formou-se em julho de 1999. Numa pesquisa realizada

com os alunos formados da primeira turma verificou-se que todos que procuraram o curso buscavam concomitantemente a certificação do ensino fundamental e a qualificação profissional básica em microinformática (d'Ávila, 1999, p.79).

RUMOS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA NO CEFET-SP

No dia 18 de agosto de 1999, o Ministério da Educação publicou no diário oficial a portaria 65 que impediu a certificação de escolaridade do Ensino Fundamental no curso de Qualificação Profissional Básica em Microinformática pelo CEFET-SP. Não foram abertas inscrições para a segunda turma de 1999, pois a portaria permitiu a certificação só até a primeira turma de 1999.

Deste modo, oferecer um ensino fundamental integrado à formação profissional é estar de acordo com a missão institucional da escola: "A missão da ETF-SP é a de ser agente no processo de **formação de cidadãos capacitados e competentes** para atuarem em diversas profissões, pesquisa e difusão de conhecimentos e processos que contribuam para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social da Nação". (ETF-SP, 1998, p. 57, grifo nosso). O Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo possui experiência em articular formação geral e formação profissional e pode colaborar para o desenvolvimento de modelos de qualificação profissional suscetíveis de serem disseminados para todo o país. Segundo o professor Dermeval Saviani (1999, p.216), as escolas técnicas federais têm, provavelmente, a mais bem-sucedida experiência que articula formação geral de base científica com o trabalho produtivo.

A QPBM no CEFET-SP é um programa experimental e pioneiro, que traz, no seu bojo, o desejo de seus

idealizadores de fomentar uma discussão sobre como certificar 47 milhões de trabalhadores brasileiros — ou dois terços da PEA ocupada — que não possuem o ensino fundamental completo, elevando o grau de escolaridade no Brasil para um patamar minimamente civilizado. Além disso, o ensino fundamental é definido pela Constituição como direito básico do cidadão e exigência praticamente generalizada para qualquer tipo de inserção no mercado de trabalho.

O Projeto Institucional de Transformação da ETF-SP em CEFET-SP tem no seu âmago o objetivo de assegurar a adultos e jovens uma oportunidade educacional apropriada e diferenciada que conjugue qualificação profissional básica, certificação de ensino fundamental e construção da cidadania, "ampliando as possibilidades, dos nossos alunos, de inserção/reinserção no sistema produtivo e na sociedade". (ETF-SP, 1998). A qualidade da educação profissional básica deve estar portanto associada à consolidação da plena escolaridade e não ao simples treinamento técnico.

CONCLUSÃO

O PLANFOR — Plano Nacional de Qualificação Profissional do Trabalhador da SEFOR — afirma que ele "não é um simples programa de treinamento em massa" (SEFOR, 1999, p.6). Porém, como qualificar de fato, em um curso de mecânica de operador de máquinas (nível básico em usinagem) com 135 horas que se coloca no lugar do de microinformática com 720 horas, com certificação do ensino fundamental? Existe neste momento uma dificuldade de encontrar referenciais teóricos que justifiquem tais mudanças e refutem a afirmação de que este é um "treinamento em massa", de pouca ou nenhuma eficiência quer para o país quer para o treinando. Um adestramento de 180h/aula (135 horas), na realidade, posterga os reais interesses da população, não tem coerência com os fatos e nega a própria afirmação anterior do PLANFOR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Educação profissional no Brasil: Conceitos e Práticas em Debate*. Brasília: MTb, SEFOR, 1997.

_____. Ministério do Trabalho. *PLANFOR — Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador — Avaliação gerencial 1995/98: Balanço de um projeto para o desenvolvimento sustentado*. Brasília: MTb, SEFOR, 1999.

D'AVILA, Edson. *A Implementação do Curso de Qualificação Profissional Básica em Microinformática no Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo: Um Estudo de Caso*. São Paulo, 1999. Dissertação de Mestrado — Universidade Bandeirante de São Paulo.

ETF-SP. *Projeto Institucional de transformação da ETF-SP em Centro Federal de Educação Tecnológica*. São Paulo, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.) *Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

GALBRAITH, John Kenneth. "O Engajamento Social Hoje". *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 dez. 1998. Caderno Mais, p. 5.

REVISTA EXAME. São Paulo, 21 dez. 1994.

SAVIANI, Dermeval. *A Nova Lei da Educação: Trajetória, limites e perspectivas*. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. (Coleção Educação Contemporânea).

Para contato com os autores:

Edson d'Avila
davila@cefetsp.br

Ricardo Roberto Plaza Teixeira
rteixeira@if.usp.br